

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 04/12/2018

- [Juízes da infância do TJRJ criam Fórum para incentivar boas práticas na magistratura](#)
- [Depois de ser 'devolvido' duas vezes, menino de 8 anos é adotado por casal de Brasília](#)
- [Audiência pública discute estratégias de prevenção a crimes sexuais contra crianças e adolescentes](#)
- [Livro apoiado pela fundação holandesa Bernard van Leer, referência mundial em primeira infância, analisa Programa Criança Feliz \(PCF\)](#)

Assunto: Juízes da infância do TJRJ criam Fórum para incentivar boas práticas na magistratura

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 04/12/2018



Com o objetivo de estimular a troca de conhecimento e de experiências entre magistrados e contribuir para o aperfeiçoamento em matéria de infância e juventude no âmbito do TJRJ, foi criado na quinta-feira, dia 29, o Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro (Foeji-RJ), nas dependências do Fórum, no Centro do Rio. O Foeji-RJ tem também como metas buscar soluções para casos práticos de maior complexidade, elaborar propostas de uniformização de procedimentos, produzir enunciados, disseminar a Justiça Restaurativa no Estado do Rio de Janeiro e socializar boas práticas da magistratura fluminense.

Poderão participar do Foeji-RJ os magistrados do estado que assinarem carta de intenção do Fórum.

No encontro de quinta-feira, foram eleitos por aclamação para a primeira Administração do Foej-RJ, no Biênio 2019-2020, o Juiz Daniel Konder de Almeida, para presidente, o Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, para vice-presidente e a Juíza Ingrid Carvalho de Vasconcellos, como secretária.

O Foeji-RJ terá quatro comissões temáticas: a Comissão de Acolhimento Institucional e Adoção, a Comissão de Atos Infracionais e Execução de Medida Socioeducativa, a Comissão de Justiça Restaurativa e Mediação e a Comissão da Primeira Infância, Amparando Filhos, Pai Presente, Sub-registro e Acesso à Documentação. Segundo os magistrados que participaram do encontro, a expectativa é que o Foeji-RJ seja um ambiente para mudança de paradigmas e efetivação de direitos, com aperfeiçoamento contínuo resultante dos esforços de todos os participantes.

Assunto: Depois de ser 'devolvido' duas vezes, menino de 8 anos é adotado por casal de Brasília

Fonte: Portal G1

Data: 04/12/2018



Adotar uma criança não é como escolher uma boneca – ou boneco – na loja de brinquedos. Embora seja permitido aos adultos elencar preferências e até características desejadas quando dão entrada no pedido de adoção, "devolver" um filho aumenta ainda mais o estigma de ser rejeitado, carregado pela maioria dos meninos e meninas que crescem nos abrigos, enquanto veem os mais novos serem levados para um "lar de verdade".

Antes de completar 8 anos, Enzo foi acometido duas vezes pela sensação de ser um boneco na prateleira. Foi levado por pessoas que se apresentaram como pais e, depois, devolvido. Na última das vezes, acabou separado da irmã – aceita como filha pelo

casal.

Enzo acompanhou a adoção dos seis irmãos biológicos – cada um escolhido por uma família – e viu sua história começar a mudar há cerca de um ano, quando conheceu Kairon Oliveira da Silva e Silvio Romero Fagundes. "Ele é que nos escolheu", dizem os pais adotivos, que moram em Brasília.

“Até então, o plano era adotar uma criança de até dois anos, mas quando me apresentaram o Enzo foi amor à primeira vista”, disse Kairon ao **G1**. “Liguei pro Silvio e falei: a gente já tem um filho.”

“É uma coisa inexplicável. Eu não sei que amor foi esse, mas filho a gente não escolhe, né?”



O único empecilho para que os três se tornassem uma família, naquele momento, era geográfico. O menino vivia em um abrigo de Águas Lindas de Goiás, no Entorno do DF, e o casal mora em Brasília. “Nós começamos o processo por aqui com o plano de migrar para a fila de Goiás e conseguir o Enzo.”

Há um ano, no dia 5 de dezembro de 2017, Kairon e Silvio fizeram juntos a primeira visita a Enzo. Eles conseguiram transferir o pedido de adoção para Goiás e começaram os trabalhos de aproximação com o menino, em parceria com a equipe da casa de acolhimento.

“A gente pensou que ia ser difícil para ele lidar com dois pais, mas foi a parte mais fácil. Ele achou legal, porque colocava a dificuldade na mãe. Para ele, era a mãe que sempre o abandonava”, explica Kairon.

“O Enzo chamou a gente de pai logo na primeira semana. ”

Com os pais, Enzo descobriu um prazer que ainda não tinha conhecido: viajar. “Sempre que temos uma folga fazemos questão de viajar”, disse Kairon.

“Já fomos para o Recife, conhecer a família do Silvio, e para Goiânia. Agora, vamos de novo ao Recife, depois passamos em Fortaleza e terminamos em Belém do Pará, onde mora a minha família, para o Enzo conhecer o avô. ”

O processo de adoção foi concluído no dia 12 de novembro pelo juiz Felipe Jales Soares, da 1ª Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude do fórum de Águas Lindas de Goiás. Agora o menino é legalmente filho de Kairon e Silvio.

Déficit de atenção

Ainda no abrigo, Enzo foi diagnosticado com déficit de atenção. A hiperatividade e a dificuldade de concentração, porém, não foram interpretadas corretamente, dizem os pais.

O tempo de espera por uma família e as sucessivas rejeições condicionaram o comportamento do pequeno garoto, garantem eles.

“Imagine a insegurança de um menino que foi rejeitado três vezes? ”

Kairon fala do abandono pela mãe biológica e pelas duas outras famílias que chegaram a levar a criança para casa e devolveram. “Naturalmente, ele era irritado, não gostava de tomar banho, não dormia sozinho com a luz apagada, gritava dizendo que não queria voltar pro abrigo, quebrava a escola toda”, relembra.

Em Brasília, na primeira experiência escolar, os pais recebiam ligações quase diárias do colégio. “Eles queriam medir força com o Enzo. Tiravam de sala, excluíaam do convívio com os alunos, não era demandado como os outros. ”

Segundo Kairon, a psicopedagoga da instituição chegou a entregar um laudo com a informação de que Enzo tinha transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDH) e distúrbio de comportamento.

“Ela nos chamou e disse que deveríamos desistir enquanto ainda estava em tempo, porque ele seria um filho problemático. ”

Kairon e o marido não aceitaram o diagnóstico e submeteram o menino a outros exames. Desta vez, os laudos não apontaram qualquer alteração. O déficit de Enzo não era de atenção, mas de carinho, amor, segurança e cuidados.

“Buscamos a melhor neurologista de Brasília e ela disse que Enzo não tinha qualquer doença. A única coisa que sugeriu foi que mudasse meu filho de escola. ”

Há cinco meses em um novo colégio, Enzo deixou de ser motivo para telefonemas. “A gente nunca recebeu uma ligação. Ele ama as professoras e se desenvolveu muito rápido, porque é uma escola que o abraçou, que o incluiu. ”

Amor que transforma

A base familiar sólida foi o que manteve os três unidos nos meses de tempestade, segundo Kairon. Enquanto os pais de primeira viagem tentavam entender o comportamento do filho, valores como amor e respeito imperavam dentro de casa.

“A nossa base familiar é de muito carinho. Ninguém briga, tudo é na base da conversa. Assim, o Enzo começou a se dar conta de que estava errado e ele mesmo começou a se corrigir. ”

A família do casal e duas psicólogas também ajudaram durante o processo, “porque ele era muito mal educado”, segundo Kairon. “Não respeitava os mais velhos e falava coisas que eu, como adulto, ficava assustado. ”

“Hoje ele é muito educado e nosso melhor amigo. Gosta de estar junto e fazer tudo com a gente. Passamos da fase de adaptação e agora estamos só curtindo a nossa família. ”

Assunto: Audiência pública discute estratégias de prevenção a crimes sexuais contra crianças e adolescentes

Fonte: MPPE

Data: 04/12/2018



Com o objetivo de fortalecer a rede de proteção à infância e juventude, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizou a audiência pública Crimes contra a dignidade sexual das crianças e dos adolescentes: conscientizar e prevenir. O debate ocorreu nesta segunda-feira (3), no Auditório do Centro Cultural Rossini Alves Couto, localizado na Avenida Visconde de Suassuna, em Santo Amaro, ao lado da Sede das Promotorias da Capital.

Os expositores inscritos e demais participantes falaram sobre suas experiências e maneiras de lidar com o tema de violências sexuais contra infantes. Relataram como é difícil tratar esse assunto em meio ao tabu que o sexo ainda é visto pela sociedade, especialmente quando relacionado a crianças e adolescentes.

“Lidamos com casos assim o tempo inteiro. Sabemos o quanto é complicado para as pessoas vivenciarem e superarem os traumas sofridos. Por isso, discuti-los de forma cuidadosa, mas transparente, é necessário para que a sociedade aprenda a encarar essa dura realidade e buscar soluções efetivas”, enfatizou a promotora de Justiça Giani de Melo.

As sugestões e questionamentos dos presentes servirão para formulação de propostas e recomendações futuras elaboradas pelas 24ª e da 43ª Promotorias de Justiça Criminais da Capital. As temáticas são variadas podem abranger problemáticas não só sobre abuso e exploração sexual, mas como assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O promotor de Justiça Salomão Ismail Filho lembrou que o MPPE combate à violência contra crianças e adolescentes de duas formas: judicializando casos que chegam através de inquéritos policiais e articulando ações de caráter informativo e preventivo. “É preciso que as famílias comecem a não temer denunciar esses crimes e, sobretudo, a identificá-los. São crimes sorrateiros. A vítima fica em silêncio por se sentir ameaçada pelo agressor e por vergonha, os parentes ou não percebem ou fingem não saber. As discussões, como nessa audiência pública, são para alertar a sociedade que denunciar é primordial para que a solução chegue”, explicou ele.

Segundo Salomão Ismail Filho, o papel do promotor de Justiça criminal não se limita a ser meramente um agente processual e punitivo. “Podemos atuar no campo extrajudicial, na indução de políticas públicas, a fim de evitar os crimes. Assim, precisamos conscientizar a sociedade e as famílias da importância de respeitar a dignidade sexual das crianças e dos

adolescentes bem como de debater com operadores jurídicos e sociais sobre tais práticas e definir estratégias de prevenção”, complementou o promotor.

Para denunciar casos de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, o cidadão pode se dirigir ao Conselho Tutelar local, ligar para o disque 100, enviar um e-mail para disquedenuncia@sedh.gov.br, entrar em contato com a Promotoria de Justiça do seu município ou formalizar a denúncia na Ouvidoria do MPPE pelo site www.mppe.mp.br.

Assunto: Livro apoiado pela fundação holandesa Bernard van Leer, referência mundial em primeira infância, analisa Programa Criança Feliz (PCF)

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 04/12/2018



O livro *Da ciência à prática – Os programas de apoio ao desenvolvimento infantil na América Latina*, que será lançado em Brasília em 6 de dezembro, faz um dos mais completos levantamentos sobre as iniciativas de estímulo ao desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Dividido em cinco capítulos, a publicação traz evidências científicas sobre a importância dessa fase, um histórico desse tipo de iniciativa no Brasil e no mundo, além de detalhes sobre a metodologia e o trabalho de programas que são referência na América Latina, como Educa a Tu Hijo (Cuba), Chile Crece Contigo, Uruguay Crece Contigo e Cuna Más (Peru), e no Brasil (Pastoral da Criança, Primeira Infância Melhor (PIM), Mãe Coruja Pernambucana, Padin, entre outros).

Por meio de um grande trabalho de reportagem, a publicação também detalha o funcionamento do Programa Criança Feliz (PCF). Apoiado por cinco organismos das Nações Unidas (Unicef, Pnud, Unesco e Opas/OMS), o PCF é hoje um dos maiores programas desse tipo no mundo e vem chamando a atenção de especialistas brasileiros e estrangeiros pela rapidez com que ganhou escala e também por diversas práticas inovadoras.

No livro, há dados sobre a implementação do programa nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Ao todo, o levantamento incluiu 42 municípios de Norte a Sul do Brasil e mais de 300 entrevistas com beneficiados, gestores, profissionais desses programas no Brasil e também em outros países da América Latina (Chile, Uruguai, Peru, Cuba e Colômbia) e em Moçambique, além de especialistas nacionais e estrangeiros (Estados Unidos, Itália, Portugal e Espanha).

Treze estados, de todas as regiões do país, foram visitados *in loco* entre maio e junho de 2018 por uma equipe de Jornalistas Amigos da Criança (título concedido pela organização da sociedade civil ANDI, com o apoio do Unicef e outras instituições, aos profissionais que mais se destacaram na cobertura desse tema).

A equipe percorreu centenas de quilômetros no país inteiro para acompanhar de perto dezenas de visitas e entrevistar gestores, visitantes, supervisores, crianças, mães, pais, avós, entre outros. O resultado é um rico e diversificado painel da implementação do programa.

O livro também dedica um capítulo a um resumo com as dez principais lições aprendidas com o Criança Feliz e outros programas de parentalidade no Brasil e no exterior.

Ao apoiar esse tipo de publicação, a Fundação Bernard van Leer pretende inspirar iniciativas semelhantes que possam fazer a diferença na vida de milhares de crianças.

A Apresentação do livro é assinada por Leonardo Yáñez, representante sênior da Fundação Bernard van Leer na América Latina. A publicação impressa será distribuída gratuitamente a gestores, especialistas e organismos nacionais e internacionais. Uma versão on-line estará disponível para download em <https://bernardvanleer.org/pt-br/>.